

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 523.319 - PB (2019/0216959-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ARNALDO MARQUES DE SOUSA
ADVOGADO : ARNALDO MARQUES DE SOUSA - PB003467
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : HALISSON DE SOUSA ASSIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por HALISSON DE SOUSA ASSIS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça da Paraíba que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 50):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. Prisão preventiva. Fundamentação inidônea. Inocorrência. Decisão justificada em elementos concretos. Presença dos pressupostos e requisitos dos artigos 312 e 313 do CPP. Ofensa ao princípio da presunção de inocência. Argumento improcedente. Condições pessoais favoráveis. Irrelevância. Constrangimento ilegal não evidenciado. Ordem denegada.

O paciente foi denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06 c/c art. 12 e 16 da lei n. 10.826/2003 em concurso formal.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva ante a inexistência dos requisitos necessários e a presença de qualidades favoráveis ou, subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme disposto no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida (fl. 40).

As informações foram prestadas (fls. 43/47).

O parecer do Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 62/68).

Na origem, Processo n. 0000329.27.2019.8.15.0301, foi realizada audiência de instrução e julgamento em 3/9/2019. Ademais, desde 13/9/2019, os autos estão na carga do advogado, conforme consulta no site do Tribunal de Justiça da Paraíba em 2/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade

Superior Tribunal de Justiça

a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva está assim fundamentada (fl. 34/36):

A decretação da prisão preventiva é medida excepcional, mostrando-se possível quando atendidos os requisitos dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal

[...]

Outrossim, como toda medida cautelar, naturalmente o *fumus commissi delicti* e o *periculum in mora* devem existir. "Assim, o juiz somente pode conceder a tutela cautelar quando existir prova dos requisitos exigidos pela lei: *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. Tais requisitos contudo, não são requisitos de certeza, e sim de probabilidade".

No caso dos autos encontra-se presente o *fumus boni iuris*, decorrente do auto de apreensão de laudo de constatação toxicológico provisório, além dos depoimentos contidos no auto de prisão em flagrante.

Há prova da materialidade e indícios suficientes de que os flagranteados tenham praticado os tipos descritos no art. 33 da Lei 11.343/06, bem como arts. 12 e 16 da Lei n.10826 cuja pena máxima extrapola em muito os 4 anos previstos no art. 313, inciso 1, do Código de Processo Penal.

Quanto ao *periculum in libertatis*, os fatos contidos nos autos indicam que a prisão dos Indigitados se mostra necessária para a garantia da ordem pública.

[...]

No caso dos autos destaca-se a **gravidade concreta do crime em testilha, a quantidade de armas apreendidas, e ainda, a natureza e quantidade do entorpecente apreendido.**

[...]

Ademais, o Indigitado Fabiano Bernardino de Sousa possui condenação transitada em julgado.

Assim posto, observada a gravidade concreta do delito, mister proceder a decretação de sua prisão preventiva.

Por todo o exposto, HOMOLOGO O FLAGRANTE comunicado e observada a necessidade e a proporcionalidade da medida mais gravosa, bem como o preenchimento dos requisitos previstos nos arts. 282, § 6º, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, DECRETO a prisão preventiva de FRANCKDEVIS DOS SANTOS FERREIRA SEGUNDO, FABIANO BERNARDINO DE SOUSA E HÁLISSON DE SOUSA ASSIS.

Como se vê, o decreto prisional apresenta fundamentação idônea, qual seja, *gravidade concreta do crime em testilha, a quantidade de armas apreendidas, e ainda, a natureza e quantidade do entorpecente apreendido.*

Cumpre salientar que, em relação à quantidade de droga, somente com os documentos juntados aos autos não é possível verificar a quantidade/peso do entorpecente apreendido ante a ausência de laudo de constatação ou auto de apreensão. No entanto, consta na denúncia que foram apreendidos: a) 67 pedras de crack; b) um radio comunicador vinculado na frequência da

Superior Tribunal de Justiça

Polícia; c) 2 revólveres Taurus, cal.38; d) um rifle, cal.44; e) várias munições de arma de fogo; f) além de balaclavas, cadernos com anotações sobre o tráfico de drogas, roupas camufladas e uma "besta", arma que utiliza flechas, dentre outros objetos (fl. 23). Com efeito, é ônus da defesa a prova de alegações sobre a quantidade da droga.

Desse modo, com base nos fundamentos que constam dos autos, decido.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator